



Ofício nº. 01/2017

Brasília, 18 de abril de 2017.

Assunto: relatório das ações da Comissão de Acompanhamento do Trabalho da Mulher no Poder Judiciário da AJUFE e requerimento de novas providências.

Senhor Presidente, Diretoras e Diretores da AJUFE,

I. Histórico

A AJUFE, por meio da Portaria nº. 05, de 27 de fevereiro de 2017, instituiu a Comissão de Acompanhamento do Trabalho da Mulher no Poder Judiciário, dando, assim, concretude ao programa da atual Diretoria eleita, o qual previa uma série de ações voltadas especificamente às magistradas associadas.

Hoje, a partir dos dados do Censo do Poder Judiciário do ano de 2014, passou-se a conhecer que 73,8% dos juizes federais são do sexo masculino, bem como que, no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, a representação feminina aproxima-se do percentual de apenas 20% dos componentes ativos. Para além da baixa representação, os elementos colhidos pelo Censo demonstram que elevada quantidade de juizas se sente afetada em sua vida pessoal em maior medida dos que os seus colegas homens, vivenciando dificuldade adicional em processos de remoção ou promoção ou reações negativas de outros profissionais do sistema de justiça por serem mulheres.

Assim, a atuação da AJUFE neste campo se mostra pioneira e respaldada em dados estatísticos, indo ao encontro dos anseios das associadas juizas, que já haviam iniciado movimento de criação de grupos de debates e ações desde o ano de 2016.

II. Sumário das atividades realizadas pela Comissão

No curto prazo de sua existência, considerando o quadro de baixa representatividade feminina em diversos âmbitos do Poder Judiciário, a Comissão tem detectado diversas frentes de trabalho e já conseguiu atuar nos seguintes itens:

1. reunião com a Ministra Carmen Lúcia, oportunidade em que foram tratados diversos temas pertinentes à Comissão;
2. reunião com a Ministra Laurita Vaz, oportunidade em que foram tratados diversos temas pertinentes à Comissão;
3. edição de evento comemorativo do Dia Internacional da Mulher, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, na data de 08.03.2017;
4. produção de Programa “Justiça para Todos”, da TV Justiça, com temática sobre o Dia Internacional da Mulher;
5. requerimento de instituição de pesquisa, no âmbito dos Conselhos Nacional de Justiça e da Justiça Federal, que permita aferir a real situação e dificuldades enfrentadas pelas magistradas na carreira;
6. reunião com Maria Tereza Sadek, Coordenadora do Departamento de Pesquisas do CNJ;
7. elaboração de questionário a ser aplicado para as juízas federais, pela AJUFE, através de plataforma virtual;
8. consolidação dos dados relativos à participação feminina em bancas de concurso, para o fim de elaboração de nota técnica a propósito do assunto;
9. divulgação da situação da participação feminina na Justiça Federal através de campanha em redes sociais da AJUFE;
10. divulgação dos seminários e palestras realizados pelas juízas federais no mês da mulher (maio/2017);
11. participação no curso sobre “Transversalização de gênero e raça” no Ministério Público Federal;
12. elaboração de nota pública a respeito da situação das mulheres em face da “Reforma da Previdência”, PEC 287/2016;
13. entrevistas e palestras de conscientização acerca da participação feminina na magistratura federal;
14. requerimento de curso, junto ao CEJ/CJF, a propósito da perspectiva de gênero no Poder Judiciário, o qual já está com projeto em elaboração e pré-aprovação do Conselho.

Como se pode ver, as diversas ações empreendidas em curto espaço de tempo demonstram que havia demanda reprimida por parte das juízas de específica atuação da AJUFE nas suas questões, sugerindo-se, desde já, a perenização da iniciativa, com mudança anual da sua Coordenação e composição, a critério do Presidente e da Diretoria da AJUFE.

III. Requerimento de novas providências

A complexidade do problema da representação feminina, sobretudo no que tange à correlação entre a realidade detectada e as possíveis causas de exclusão, no entendimento das Juízas que compõem a Comissão, deve direcionar a AJUFE a expandir a sua atuação, conferindo visibilidade às mulheres em outros relevantes segmentos, doravante explicitados.

III. a. Participação feminina na composição de eventos da AJUFE e nos eventos externos que recebem apoio

A busca pela igualdade em direitos entre homens e mulheres, no sentir da Comissão, passa pela democratização de espaços públicos relevantes, como são, por exemplo, os eventos e locais de fala e troca de conhecimento.

Recomenda-se, assim, que na organização dos eventos por parte da AJUFE seja, tanto quanto possível, considerada a participação feminina e a perspectiva de gênero, de modo a que mulheres sejam convidadas como expositoras ou para ter assento nas mesas das conferências.

Ademais, não podem ser esquecidos os eventos externos que recebem apoio da AJUFE.

Como é de conhecimento público, a entidade é uma das apoiadoras do evento “V Seminário Luso-Brasileiro de Direito”, promovido pela Escola de Direito de Brasília do Instituto Brasiliense de Direito Público (EBD/IDP) e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), que se realizou entre os dias 18 e 20 de abril, na cidade de Lisboa.

A Comissão de Acompanhamento do Trabalho da Mulher no Poder Judiciário da AJUFE foi instada, por mais de uma associada da entidade, a pontuar para esta Diretoria que dentre os 48 palestrantes e debatedores convidados para o evento existe apenas uma mulher, a professora Maria Manuel Leitão Marques.

Diante disto, sugerimos à Diretoria que o fator de participação das mulheres seja também considerado no momento da oferta de apoio por parte da AJUFE a este tipo de iniciativa ou, ao menos, que esta perspectiva seja discutida com os organizadores ou entre a própria Diretoria, de modo a que a entidade não se vincule, mesmo que indiretamente, à reiteração de condutas excludentes no ambiente acadêmico.

III. b. Modificação do nome da Comissão

Recomenda-se, de outra parte, a mudança do atual nome da “Comissão de Acompanhamento do Trabalho da Mulher no Poder Judiciário”, o qual tem se mostrado extenso e dificultado a identificação do grupo junto ao público. A sugestão apresentada é a de “Comissão das Juízas Federais”.

III. c. Edição de livro virtual

Outra ação que a Comissão pretende levar a efeito é a chamada de artigos para a edição de livro virtual voltado à divulgação de produção científica sobre direitos das mulheres e gênero, para o que, desde já, se solicita autorização e apoio desta Diretoria.

III. e. Pesquisa interna para as associadas

Por fim, como já noticiado, está em fase de conclusão questionário a ser respondido pelas

juízas federais. A pesquisa demanda a utilização de plataforma virtual a ser fornecida pela AJUFE e medidas de divulgação.

IV. Conclusão

Serve, portanto, o presente expediente como relatório das atividades realizadas pela Comissão e pedido de impulsionamento das novas medidas aqui requeridas, ficando registrados o agradecimento pelo bom diálogo e espaço recebidos pela Comissão por parte do Presidente e Diretoria da AJUFE e a expectativa de que a entidade esteja a cada dia mais atenta às questões enfrentadas especificamente pelas magistradas associadas, aprofundando o trabalho que já está em andamento.

Cordialmente¹,

Adriana Barreto de Carvalho Rizzotto
Ana Lucia Petri Betto
Carla Fernanda Fritsch Martins
Célia Regina Ody Bernardes
Clara da Mota Santos Pimenta Alves
Daniele Maranhão Costa
Gabriela Azevedo Campos Sales
Leda de Oliveira Pinho
Mara Lina Silva do Carmo
Marcelle Ragazzoni de Carvalho
Maria Cândida Carvalho Monteiro de Almeida
Maria Isabel Pezzi Klein
Marília Ivo Neves
Patrícia Helena Daher Lopes Panasolo
Sylvia Marlene de Castro Figueiredo
Tani Maria Wurster
Vanessa Curti Perenha Gasques

¹*Documento assinado por adesão virtual.